



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de setembro de 2024

No dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento.

1.2 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 28 de junho, do ano 2024.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual Investimentos – Ano 2024 – aprovação;

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

2.5. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2025 – aprovação;

2.6. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2025 – aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.7. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) - Taxa a Fixar para cobrar no exercício económico de 2025 – aprovação;

2.8. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2025 – aprovação;

2.9. Isenção de pagamento de taxas de utilização relativas às piscinas municipais de Montalegre para o ano de 2024 – aprovação;

2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – aprovação;

2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – aprovação;

2.12. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – aprovação;

2.13. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – aprovação;

2.14. Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro à Cercimont - Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montalegre, CRL, a celebrar entre o Município de Montalegre e a Cercimont - Cooperativa de Educação Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montalegre, CRL – aprovação;

2.15. Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Agropecuária no Concelho de Montalegre, entre o Município de Montalegre e a Coopbarroso, Cooperativa Agrícola do Barroso, CRL – conhecimento;

2.16. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de: Cabril, Fafião, Pitões das Júnias, Tourém, Venda Nova, Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões – aprovação;

2.17. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre;

2.18. Convénio de Cooperação entre os Municípios de Montalegre e Xinzo de Limia – conhecimento.

3 – Período Após a Ordem do Dia.



3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 41 membros, à exceção de José Caselas Dias, Nuno Pereira, José Manuel Carvalho, João Surreira, João Carlos Rodrigues, Nuno Miguel Pereira, António Cascais, Victor Carreira, João Paulo Anjo e António Reis.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados José João Moura, Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, António Eduardo Santos, Nuno Pereira, José Manuel Carvalho e Márcio Azevedo.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1.1 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados Catarina Gonçalves, José João Moura, João Soares, Fátima Crespo, Manuel Carrelo, Alberto Fernandes, Sandra Gonçalves, António Ferreira, Aníbal Ferreira, Lúcia Jorge e Hernani Carvalho.

A deputada Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, digníssimos deputados, Senhores Presidentes de Junta, estimado público. Trago-vos dois assuntos: cumpriu-se em julho último, a nona edição da Semana do Barrosão! Trata-se de um evento que pretende potenciar a carne de Vitela Barrosã, como um verdadeiro produto de excelência, como iguaria que é, e diferenciá-la, homenageando também, e sobretudo, todos os que abraçam a sua produção com coragem, determinação e dedicação irrepreensível.

O caminho trilha-se, faz-se com coragem e com resiliência, com união e dedicação e é sobre isto que vos quero falar. É graças ao patrocínio e apoio da Câmara Municipal de Montalegre, não só pela verba que disponibiliza todos os anos à Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã para a concretização do evento, mas acima de tudo por todo o apoio prestado aos nossos produtores e à atividade pecuária que assim se justifica a manutenção e reforço do evento.

Esta edição foi memorável graças à comunhão de esforços que existiu entre a Câmara Municipal de Montalegre, a Junta de Freguesia de Salto, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Salto, a Associação Nacional de Criadores da Gado de Raça Barrosã e obviamente todos os agricultores e produtores que se mobilizaram e tornaram esse



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

evento não só possível, mas, já o tinha dito, acima de tudo credível. A todos os meus agradecimentos.

O segundo assunto prende-se com o Programa "Mexe-te nas Férias" de 2024. Tratou-se de mais uma maravilhosa e exigente iniciativa promovida pela Câmara Municipal, que vai em crescendo no que toca à qualidade e à organização. Sorrisos rasgados ditaram este verão de 2024. Desde as maravilhosas atividades desenvolvidas, dentro e fora do nosso território, aos momentos de partilha, conhecimento e diversão, tudo isso ditou uma verdadeira onda de reconhecimento por parte dos miúdos e graúdos.

Passarei a citar aquilo que uma das mães escreveu no grupo de Whatsapp criado pelos monitores para partilha de informação, no que me revejo inteiramente e passo a citar "cada ano está melhor! Os pais só têm de agradecer e os meninos aproveitar e criar boas memórias. Obrigado pelo cuidado e carinho. Esperamos por vós no ano que vem! Nunca deixem cair este projeto!".

Assim, e como não poderia deixar de ser, além de fazer aqui o meu agradecimento público à Câmara Municipal, na pessoa da Senhora Presidente e a todos os que estiveram envolvidos na sua organização, nomeadamente a Associação Borda d'Água, ao Ecomuseu de Barroso – Casa do Capitão, Bombeiros Voluntários e a própria Junta Freguesia de Salto, não só como autarca e por considerar que este projeto é seguramente uma mais valia para as nossas crianças, mas sobretudo como mãe, porque os monitores – João Ramos, Rafaela Alves, Mariana Vigário, Cristiana Vilela e Ricardo Sousa, bem como as funcionárias da escola, todos foram, absolutamente, inextinguíveis. A eles presto aqui o meu agradecimento e reconhecimento público pela desenvoltura e entrega.

Finalmente, agradeço ao executivo municipal a concretização de parte das intervenções que vêm sendo solicitadas pela Junta de Freguesia a que presido, nomeadamente a melhoria de algumas vias, no entanto aproveito para lhes solicitar o seguinte: mantenham a intervenção nas nossas ruas e estradas para que haja melhores acessibilidades para os nossos moradores e visitantes, providenciem pela colocação rápida das placas das aldeias, pois, como sabem, algumas estão irreconhecíveis. E, finalmente, sejam firmes e determinados nas obras pensadas para a freguesia de Salto. Os Saltenses contam com elas e merecem-nas! Mãos à obra. Bem-haja. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Catarina Gonçalves."

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Gostaria de começar as minhas palavras com os graves incidentes que assolaram o norte e o centro do país, com imagens de angústia e desespero espelhadas no rosto dos nossos concidadãos perante a força devastadora do fogo. A coragem extraordinária de milhares de bombeiros, o singular espírito de missão da Proteção Civil, das forças de segurança e dos nossos militares inspiram-nos e responsabiliza-nos enquanto responsáveis políticos locais, e convoca-nos de imediato para atos de solidariedade e de apoio emocional e material que são tratos distintivos do carácter do nosso povo para agir com rapidez de forma planeada e coordenada para acudir às necessidades imediatas e ao mesmo tempo começar a preparar o dia seguinte.

Com proximidade, mas com a distância de segurança que se impõe para respeitar quem está no terreno a combater incêndios com responsabilidade, poderemos agora



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ajudar as populações afetadas bem como as empresas e todos os que foram vítimas desta enorme tragédia. É tempo de nos mobilizar e juntar esforços, de evidenciarmos que os valores humanos que sustentam a nossa comunidade são inabaláveis. Aos nossos bombeiros, verdadeiros super-heróis sem capa, prestamos a mais profunda homenagem pela abnegação e coragem na proteção das nossas populações, do nosso património e da integridade do nosso território, dedicando um agradecimento sentido à Proteção Civil, à GNR, aos militares, ao INEM e entidades de saúde. Aos nossos cidadãos afetados por esta calamidade, expressamos a nossa solidariedade lamentando as perdas materiais e principalmente humanas, e a bancada do PSD propõe assim um voto de pesar pelas vítimas da passada semana.

O PSD está preocupado e alarmado com este flagelo recorrente e sistemático de tal forma que apresentou mesmo recentemente uma proposta para criar uma comissão que avaliará o sistema de proteção civil e a prevenção e combate aos incêndios em 2024. A comissão terá como objetivo analisar o que funcionou bem e o que pode ser melhorado no combate aos incêndios, especialmente após os trágicos acontecimentos recentes.

Além disso, a nível local, deveremos repensar as estratégias instituídas de forma a prevenirmos situações similares, porque agora foi em Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Mangualde e Tábua, mas amanhã pode ser em Montalegre.

Surge assim urgente tomar medidas político-administrativas a nível do poder local de forma a implementar e respeitar as obrigações legais de prevenção de incêndios por parte do Estado e dos privados, bem como castigar severamente as pessoas que causam sistematicamente estas calamidades.

Porque temos a obrigação de sermos felizes. E a felicidade depende em parte da governação e da democracia e baseiam-se na transparência; responsabilidade; imparcialidade; Estado de Direito; proteção integral dos direitos humanos; ausência de violência política; e falta de corrupção.

Palavras como confiança, justiça e igualdade são elementos importantes da felicidade, bem como, em último, mas não menos importante, a natureza. Foi demonstrado que a natureza intocada contribui para o bem-estar e a felicidade.

Em 2012, o primeiro Relatório Mundial da Felicidade relacionou a natureza à felicidade. Definiu "desenvolvimento sustentável" como uma combinação de sustentabilidade ambiental, inclusão social e bem-estar humano. Os autores escreveram então: "A busca pela felicidade está intimamente ligada à busca pelo desenvolvimento sustentável".

E é isso que o PSD defende e tenta implementar no país e no nosso concelho.

Porque ao contrário do Partido Socialista, o PSD é um partido personalista que tem sempre as pessoas como destinatárias de toda a ação política e queremos afirmar um caminho alternativo que entusiasme e mobilize os Montalegrenses.

Governar bem é um desafio complexo que envolve vários aspetos:

1º temos a transparência: manter a população informada sobre as decisões e ações do governo. E aqui Sra. Presidente surge a questão: Mineralização no concelho. O porque de tratamentos disparem em relação às empresas que detêm concessões no concelho? Ou de outra forma, se a Mina do Romano fosse concessionada pela Minerália, este executivo e o PS iria continuar a sacudir a água do capote e continuar de braços dados em atividades que puseram mesmo em causa a saúde pública? E já agora, o executivo municipal já interpôs recurso da decisão e qual vão ser os próximos passos, face à



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Rejeição da providência cautelar contra o parecer favorável condicionado ao Estudo de Impacto Ambiental da Mina do Romano, em Morgade?

2º responsabilidade: os líderes devem ser responsáveis por suas ações e decisões. O PSD apresentou uma proposta de Protocolo de apoio financeiro à agropecuária, a celebrar com a COOPBARROSO, que incluísse, além dos 565.000€ que irão ser aprovados, o valor de atribuição de 60€/vitelo cruzado, bem como o aumento do apoio ao gado barrosão para 120€/vitelo e um aumento do apoio à apicultura para 30.000€, facto que a Sra. Presidente bem como o restante executivo municipal rejeitou.

3º vem a Participação: encorajar a sociedade civil a participar nas decisões políticas. Mas para isso, nós classe política, temos de dar protagonismo à sociedade civil e deixar de estar sempre à frente dos holofotes mediáticos. Para o PS, participar em festas e eventos e dar a cara ou dar-se a conhecer é uma imagem de marca desde há uns anos a esta parte, realizado em parte com capitais públicos, enquanto que para o PSD de Montalegre entendemos que a presença política não deve dominar o evento mas sim manifestar solidariedade e apoio às iniciativas que catapultem o concelho rumo ao desenvolvimento sustentável, pois as festas e eventos devem ter como protagonistas as pessoas e a quem se dirigem, pois são principalmente alturas de reunião e/ou festividades religiosas, cujo lema é encontrar o equilíbrio entre a comunidade local e as novas gerações, em que a música, a diversão e descontração devem prevalecer. Devemos sim, como classe política, ser eficientes.

A seguir temos a eficiência: utilizar os recursos de maneira eficaz para atender às necessidades da população. Saber escutar, não apenas ouvir. Os políticos devem apresentar medidas que colmatam os reais problemas do concelho. E enquanto uns passeiam os outros reúnem e apresentam propostas concretas com empresários e potenciais investidores, a maioria emigrantes, pois temos o dever cívico de recebe-los, aqui em Montalegre, de braços abertos, com as portas escancaradas deste concelho, e que os ajudem a regressar e investir no seu concelho. Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais (com taxas de derrama apelativas e Isenções de IMI e IMT durante 4 anos para quem criar 4 empregos; alargamento da isenção de IMI para 10 anos para quem criar 8 empregos), Regulamento Municipal de Apoio à Criação de Emprego, Medidas específicas de apoio a alguns sectores de atividade, nomeadamente à agricultura e ao turismo e a Criação do gabinete de apoio ao empresário, foram e serão temas abordados pois para sermos eficientes, a classe política deverá estar de braços dados com a sociedade civil, e neste caso particular, com empresários e potenciais investidores.

E por fim a justiça: garantir que todos os cidadãos sejam tratados de maneira justa e equitativa. E aqui Srs. deputados e Sra. Presidente entra o conceito do desventurado. Montalegre não pode ser apenas um local de reserva e exploração de recursos naturais e produtor de energia. Somos dos concelhos com maiores bacias hidrográficas produtoras do país; temos parques eólicos com maior densidade de postos geradores do país; e os benefícios do concelho com isto nem são significativos nem as contrapartidas justas, conforme vimos a defender aos longo dos anos.

Agora preveem a instalação de mais de 10 hectares de painéis fotovoltaicos flutuantes no leito da barragem de Paradela e mais 10 hectares de painéis fotovoltaicos flutuantes no leito da barragem de Salamonde, bem como as respetivas construções acessórias.



⁷

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não nos podemos sujeitar a este abandono e devemos sim exigir justiça perante todos os outros concidadãos portugueses, pois o impacto visual negativo e a redução das áreas disponíveis para atividades recreativas e turísticas irão prejudicar a criação de emprego e a atividade dos operadores turísticos.

O projeto afetará ainda habitats naturais e espécies protegidas, na área do Parque Nacional Peneda-Gerês e no território que foi distinguido pela FAO como Património Agrícola Mundial.

Desta forma, manifestamos a nossa preocupação, que é partilhada pelas populações mais afetadas pelo projeto, nomeadamente as que residem nas freguesias de Cabril, Outeiro e na União de freguesias de Paradela, Contim e Fiães. Sendo assim, perguntamos Sra. Presidente:

1) Qual é a posição do Executivo municipal sobre o projeto? Já há alguma ação prevista para manifestar essa posição perante as autoridades responsáveis ou outra ação de contestação?

2) O Município já emitiu algum parecer ou licença em relação ao projeto, bem como do Parque Solar de Montalegre, promovido pela ENDESA e da Central Híbrida promovida pela EDP na Barragem dos Pisões?

Por isto tudo é que não nos podemos continuar a resignar, a meter as mãos nos bolsos e a andar com a cabeça entre as orelhas, sem um grito de revolta, com desculpas de que "Isto é um problema transversal ao interior do país". O PSD acredita no trabalho e pouco no show-off político que Montalegre tem assistido nos últimos 2 anos. acreditamos nas pessoas; acreditamos em Montalegre e não queremos ganhar apenas as eleições, mas sim queremos ganhar as gerações, principalmente as mais novas, que dão voz à sua alma e clamam por uma oportunidade, que passo a citar:

"Eu sei o que eu quero; Eu quero uma casa completa com um pedaço de terra; E com espaço, quero o tempo adormecer na relva; Longe da selva de cimento; Eu acrescento que quero cultivar mais do que mero conhecimento. (Capicua)." Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado João Soares entregou a seguinte proposta de Voto de Pesar: "João Soares, em nome da bancada do Partido Socialista, com assento nesta Assembleia Municipal, vem submeter à apreciação deste órgão autárquico uma proposta de voto de pesar pelo desaparecimento recente, da terra dos vivos, do ilustre cidadão de Barroso, Dr. António Carneiro Chaves.

Nasceu, em Negrões, a 20 de novembro de 1943. Licenciou-se em economia, no Instituto Superior de Economia de Lisboa e obteve o grau de mestre em Economia Europeia, no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre, de Bruxelas (1980). Foi correspondente da RTP e do semanário "O Jornal" e colaborador de outros órgãos de informação, durante a sua permanência na Bélgica.

Foi bolseiro do Instituto para a Alta Cultura do Governo Belga; e da Gulbenkian para a especialização em Economia Europeia.

Como quadro superior do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal) foi responsável pelo acompanhamento da conjuntura económica nacional e internacional e do sistema monetário internacional, tendo publicado vários estudos na imprensa especializada de aquém e além-fronteiras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Foi docente do Ensino Superior, na área de Gestão e Marketing Internacional, durante mais de duas décadas e consultor das mais destacadas empresas de serviços na área de gestão e formação de gestores, diretores e quadros superiores de empresas.

Colaborou, desde muito jovem, na imprensa regional, estando sempre ligado a projetos socioculturais da sua e nossa região, sobre a qual escreveu monografias e argumentos para documentários e obras de ficção, como "Um Natal em Barroso", a convite da RTP para exibição na quadra natalícia, em 1976.

Desenvolvi, ainda, atividade com empresário ao longo de vários anos, e colaborou, de modo ativo, com várias Associações ligadas à área da cultura e órgãos de comunicação local.

Foi Presidente da Academia de Letras de Trás-os-Montes.

Tendo em conta o percurso de vida de tamanha nobreza e, através dele, o nível de projeção a que elevou o concelho que o viu nascer, o Executivo da Câmara Municipal reconheceu tão honroso percurso, agraciando-o com a Medalha de Mérito Municipal, no passado dia 10 de junho.

Com sua vida e obra, o Dr. António Chaves granjeou prestígio para o concelho e este inestimável contributo é sentido e apreciado pelos Barrosões que o reconhecem na sua competência e dedicação profissionais, na sua inteligência e cultura, na sua delicadeza e trato humilde, na sua compreensão e retidão, no seu amor às causas e, particularmente, a Barroso; no seu zelo e respeito, na sua simplicidade e, acima de tudo, na sua humanidade.

Tendo em consideração os méritos do economista e académico, do homem da cultura e comunicação, bem como da conduta exemplar de cidadania, que nos legou, sempre prestigiando o País Barrosão, quero dizer que representa para mim uma honra e um privilégio ser o porta-voz desta proposta de voto de pesar por um Barrosão de corpo inteiro: um cidadão com um trajeto de vida pautado pela defesa dos maiores e mais importantes valores da vida em sociedade.

Honra à sua memória. Assinado, o deputado municipal João Soares."

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Exmos. Vereadores, Exmos. Deputados, estimado público: de tantas iniciativas e eventos que aconteceram entre a última Assembleia Municipal e esta assembleia muito gostaria de falar de todas pois que qual delas a melhor. Foram excelentes. Vou falar apenas daquelas que tive o prazer de presenciar.

As festas do concelho, à semelhança do ano anterior, trouxeram-nos artistas como os Calema cujo concerto foi brutal, maravilhoso, belo na verdadeira aceção da palavra. Os UHF ofereceram-nos um excelente concerto abrilhantado pela prata da casa – a Banda de Parafita e uma pequena participação do Tomás, o gaiteiro de Vilar de Perdizes que veio dar um ar de sua graça com a sua gaita de foles. Foi uma noite mágica.

Tivemos ainda o Zé Amaro e a Banda Lusa, cada qual com o seu estilo, que muito contribuíram para animar os milhares de pessoas que não arredavam pé até os concertos acabarem. Foram noites fantásticas de alegria, animação e convívio.

A sexta 13 foi fenomenal. Tanta gente! Cinquenta mil pessoas é obra. Porque virá tanta gente a Montalegre? É fácil tirar ilações. O melhor e mais importante espetáculo de rua do país. Que orgulho!



*f. fernandes*⁹

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Esta sexta 13 tocou-me pessoalmente. Foi, sem sombra de dúvida, um tributo bem merecido ao nosso querido padre Fontes, presente desde o início até ao fim apesar das suas tão grandes fragilidades. Emocionei-me. Obrigada, Padre Fontes.

E se o Padre Fontes é o ícone da Sexta 13, que dizer do Congresso de Medicina Popular em Vilar de Perdizes que este ano realizou a sua trigésima oitava edição? Salvo algumas (poucas) horas de descanso, ele marcou presença todos os dias. É de facto um homem resistente, resiliente e corajoso. Muito elogiado e ovacionado pelo público. Recordo uma expressão proferida por um orador: "O Padre Fontes devia estar noutra corpo".

A Associação de Defesa do Património de Vilar de Perdizes, constituída por jovens talentosos, cultos, humildes e responsáveis, que amam a sua terra, apoiados pela Junta de Freguesia e pelo Município de Montalegre, introduziram algumas mudanças ao Congresso.

Foram inexecedíveis na sua organização que primou pela logística, tanto no interior como no exterior do espaço, no convite de oradores que exibiram palestras, alguns deles facilitados por gente do nosso concelho.

Quero parabenizar esses jovens que demonstraram o saber fazer e que têm tudo para levar o Congresso a bom porto. foi uma edição surpreendente, tão surpreendente que logo na sessão de abertura a Sra. Presidente da Câmara prometeu a transformação da escola primária num Centro de Estudos da Medicina Popular e Misticismo, bem como a candidatura do Congresso a Património Imaterial. Foi a cereja no topo do bolo, Sra. Presidente. Vilar de Perdizes agradece.

E porque vale mais tarde do que nunca, finalmente está inaugurada a Piscina Municipal de Montalegre. Uma grande mais valia para todos nós, sim porque é de todos. Valeu a pena a demora para podermos observar um produto final com a categoria que tem. Oxalá a saibamos aproveitar.

Parabéns ao executivo por tantas e tantas iniciativas que aportam cada vez mais nome ao nosso Barroso, tornando-o num destino turístico sustentável e atrativo, contribuindo assim para o desenvolvimento económico, social e cultural do território. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo."

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Digníssimos representantes da mesa da Assembleia Municipal, companheiros e companheiras, estimado público, senhores presidentes de junta de freguesia, senhora Presidente Fátima Fernandes.

Não podia deixar de parabenizar a Câmara Municipal pelos eventos com que brindou os barrosões, residentes e não residentes por ocasião das celebrações festivas do município nesta época de verão e também pelo sucesso em todo o país notado, da sexta feira 13, bem como o congresso de medicina popular de Vilar de Perdizes.

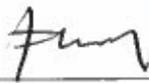
O que é bem feito também parece bem.

E obriga-me a deixar aqui um contributo ainda que em forma de crítica ou talvez não, dependendo da forma como a queiram interpretar...

Como disse um dia John F. Kennedy não perguntes o que a tua pátria pode fazer por ti. Pergunta o que tu podes fazer por ela...

Pegando na segunda parte da locução de Kennedy, diria que há muito a fazer pelo nosso concelho. Talvez vá reproduzir o que já aqui alguma vez disse, mas também é com a repetição que ganha mais força o que há para fazer.



 10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Começemos por afirmar que os eventos anuais com impacto significativo do ponto de vista económico e social desenhados há alguns anos, que levados a efeito, entraram no ritual do concelho, são de facto importantes e temos a responsabilidade de os continuar.

Mas perdoem-me ao dizer que não podemos circunscrever a nossa economia a meia dezena, de eventos anuais com impacto nas populações e ainda com a agravante de alguns deles com esforço financeiro do município. Não há nada de errado nisso, mas então os restantes 360 dias do ano?

É verdade que a Feira do Fumeiro, dinamiza alguma atividade na comunidade em períodos pré e pós feira fazendo aumentar a procura noutros períodos do ano, mas que outra atividade o faz?

Permitam-me um exemplo e ao mesmo tempo uma sugestão que teria pernas para andar.

Admitamos que criamos uma feira ou a semana do artesanato. Um concelho tão rico em artistas e produtos a manufaturar, que podia induzir à abertura de lojas de artesanato a serem visitadas ao longo do ano. É em meu entender este tipo de investimento que tem continuidade e trás mais valias á região.

Montalegre, não vai resistir se não apostar em atividades que se instalem no concelho e caminhem pelos próprios pés.

Montalegre não vai resistir se apenas fizer passar a sua macroeconomia por reduzidas atividades de curta duração, pela exploração mineira e por ceder espaço, ao fotovoltaico ou às eólicas que tanta falta vai fazer às áreas reservadas ao pastoreio, sendo que os proventos não ficarão na região, prejudicam a paisagem que é única e ainda motiva muita gente a vir ao barroso.

E a este propósito permita-me Senhora presidente, apelar para que, a revisão do plano diretor municipal penso eu estar em curso, seja suficientemente criteriosa e rigorosa em relação á exploração geológica dos nossos solos de forma a evitar desequilíbrios ambientais e a própria destruição do nosso ecossistema.

Montalegre, nunca foi e dificilmente será uma região de desenvolvimento industrial.

Sejamos claros, faz ou não faz sentido apostar num sistema produtivo que alavanque os diversos recursos provenientes da terra, dos baldios, do pastoreio e da floresta?

Os Comunitaristas estão convictos que esse é o caminho e defendem uma estruturação do sector agrícola, com a criação de um aldeamento comunitário modelo apoiado por uma comunidade científica e respetivo apoio técnico, donde irradiarão todas as orientações necessárias á prossecução do sistema produtivo, que tem por base a terra. O fim dos serviços agrícolas prestados pelo estado foi a estocada final no apoio técnico aos agricultores e á principal atividade no desenvolvimento económico do concelho.

A revolução estrutural que preconizamos para a Agricultura existente, se é que há um sistema de produção agrícola no concelho, contemplaria: 1 - apoio aos fatores de produção; 2 - apoio e incentivo à agricultura de grupo; 3 - apoio e incentivo á união de produtores por cultura. E permitam-me uma observação. São estes dois pontos, mais a forna peculiar de agricultar, que mais colocam o concelho dentro do conceito Património Agrícola Mundial; 4 - isenção de impostos a quem se enquadrar no espirito comunitário; 5 - Incentivo à criação de associações de produção e comercialização; 6 - Apoio ao cooperativismo de forma a que as cooperativas ou associações ganhem autonomia financeira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Como podem ver, ser oposição não significa apenas criticar, mas também apontar caminhos ou pontos de vista.

Montalegre não sobreviverá a investimentos que não tragam algum retorno à região...e lembro aqui a construção da pista do Larouco que para nós comunitaristas pior ainda do que o prejuízo que causa ao município são os problemas de ordem ambiental e Ecológico...e já agora que estamos no Larouco sem que ninguém ainda saiba ao certo o prejuízo que terá causado em acúmulo ao município e por consequência aos Barrosões, não teria sido muito mais enquadrado com a proteção à natureza terem dinamizado uma área de atividade equestre na região? Ricardo Moura, in illo tempore, ainda dou o mote. Foi pena que esse exemplo, não tivesse sido seguido.

Finalmente e a propósito do momento que vivemos em relação ao drama dos incêndios é um orgulho viver numa região onde a floresta é base das espécies autóctones, dão mais garantia de travar esse furacão que devora a fauna e a flora, humanos e povoações inteiras...sejamos sábios na proteção e preservação da nossa floresta, Como diria William Blake poeta e pintor inglês, A árvore que o sábio vê, não é a mesma árvore que o tolo vê. Pelo comunitarismo, por Montalegre. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, membros da Mesa, Senhores Vereadores, caros deputados: no fim do verão e das férias, podemos destacar um período político de intensa atividade autárquica: na conservação e renovação de infraestruturas em todo o concelho, na atividade cultural e turística, mas também de um grande dinamismo da iniciativa local.

Mas permitam-me que me refira em especial à presença turística como nunca se viu e à animação cultural e aos grandes eventos e a importância deste período no estímulo e dinamismo económico da nossa terra.

E vimos este ano mais gente e ainda maior força coletiva e intergeracional, com riqueza humana e identidade coletiva, o que mostra que os nossos emigrantes são cidadãos do mundo, mas com o coração na sua terra, que merecem muita estima e consideração, pelo sacrifício que passam lá fora, pela ligação permanente e paixão por Montalegre e pelo retorno económico que canalizam para Portugal.

Muitas foram as iniciativas e as atividades desenvolvidas especificamente pela autarquia, mas merece referência um programa especial: o "Mexe-te nas férias" que é uma grande atividade de ocupação, de educação e de cultura que merece reconhecimento. Chegou a 500 participantes, o que mostra a importância que tem na comunidade pela integração e socialização que promove.

Trata-se de uma iniciativa conduzida por profissionais, de ocupação, animação e de âmbito social e cultural de grande utilidade para os pais, mas de enorme enriquecimento para as crianças.

Trata-se de ajudar os pais, cuidar das crianças e valorizar as pessoas e os seres humanos. Há ocupação, educação, formação, animação e cultura, mas também relacionamento e crescimento.

Um obrigado ao Lar de Salto que serviu as refeições diárias a mais de trinta meninos e à Junta de Freguesia que assumiu esta despesa, tirando esse encargo aos pais. Obrigado também nesta interajuda que os diversos organismos deram à comunidade local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Para além do desporto e do convívio, a importância do contacto com a natureza, o conhecimento e exploração do património local, o envolvimento cultural, os jogos, os afazeres com o reforço dos laços de amizade e de cooperação, fornecem instrumentos de vida em sociedade e enriquecem os cidadãos de amanhã.

Esta iniciativa torna as crianças mais fortes, contribui para formar cidadãos mais ricos, mais poderosos, seja na capacidade social, mas também na aquisição de valores individuais e comuns.

Saem dali mais organizados, mais disciplinados, preparados para tomarem iniciativas, analisarem, compreenderem e respeitarem os outros.

É um grande investimento nas pessoas, uma aposta no futuro.

É o direito das crianças à igualdade entre todos que é respeitado e cumprido. Parabéns à Câmara e a todos os profissionais envolvidos. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo publico e ademais aqui presentes.

Desde 2004, ano em que me fixei na minha terra, que tenho sido uma voz ativa na reivindicação de mais e melhores condições para as crianças deste concelho, assim como mais e melhores infraestruturas e apoios extracurriculares para as jovens famílias com filhos residentes. No entanto, desde 2017, a pressão política que tenho vindo a exercer como deputada municipal da bancada social-democrata tem dado resultados evidentes.

Um exemplo é o programa mexe-te nas férias, que tem vindo a melhorar gradualmente desde que foi implementado em 2018. No entanto há sempre alguma coisa em que podemos e devemos melhorar. Por exemplo:

O horário das crianças a partir dos 7 anos deve incluir a manhã;

Muitas das atividades programadas para Salto não foram cumpridas por falta de material que a câmara não providenciou atempadamente, ou por falta de monitores no caso das crianças dos 3 aos 6 anos;

Pormenores que podem e devem ser melhorados.

Deixo aqui um agradecimento a todas funcionárias e monitores que se dedicaram de alma e coração aos nossos meninos e tão bem cuidaram deles. O “Mexe te nas férias” é um programa de apoio às famílias durante as férias escolares, férias essas que ocorrem também no Natal e Páscoa. Portanto é um até já. Agradecer igualmente ao Lar de Salto que providenciou refeições de qualidade durante todo o período das atividades.

O mesmo não tem acontecido com as refeições escolares servidas nas escolas primárias de Salto e Cabril. Não cumpre o plano alimentar, a comida é de fraca qualidade, com muitos fritos e enlatados. Como se não bastasse, as refeições chegam frias à escola. Não faz sentido haver uma cantina na escola do Baixo Barroso a confecionar as refeições para a escola do Baixo Barroso e as refeições da Escola de Cabril e Salto fazerem uma viagem superior a 40 quilómetros. Seria oportuno a câmara municipal rever esta situação, pois há soluções muito mais vantajosas principalmente para o bem-estar das crianças.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Outra situação incompreensível são as atividades extracurriculares ou apoio à família para as crianças dos 3 aos 6 anos sob a alçada da câmara municipal. As recomendações dos especialistas, pediatras, pedopsiquiatras e psicólogos, são para afastar as crianças das tecnologias. Há um ano atrás chamei à atenção do executivo para este facto na esperança de corrigirem o erro a insensibilidade para este assunto continua e volta a colocar informática nas atividades, quando poderia disponibilizar Inglês (as crianças aprendem com muita facilidade outra língua), música ou teatro. Mais, a câmara dispõe de ferramentas que nem sabe usar, coloca uma artesã de extraordinária qualidade a lecionar ginástica, quando as crianças poderiam estar a aprender artesanato, artes plásticas ou trabalhos manuais. Acham que sabem tudo, não ouvem ninguém e os resultados continuam a prejudicar as crianças.

Os problemas que trago aqui fazem partes das preocupações dos encarregados de educação e famílias do baixo Barroso, com crianças a frequentar o Agrupamento de escolas do nosso concelho, que lamentam estas situações e gostariam de as ver resolvidas.

Por último, com arranque do novo ano letivo é pertinente perguntar ao vereador com pelouro da educação, se o Conselho Municipal de Educação já está finalmente a funcionar? A deputada Municipal, Sandra Gonçalves”.

O deputado António Ferreira falou sobre as obras que estão a decorrer em todo o concelho de Montalegre e em bom ritmo e de boa qualidade.

Falou sobre as festas do concelho dizendo que foi o ano em que viu mais gente em Montalegre e o mesmo disse sobre a Sexta 13.

Disse que é um dos porta-voz dos encarregados de educação e que só lhe apraz dizer que o programa “Mexe-te nas Férias” foi muito bem organizado, com atividades diversificadas e principalmente com crianças muito felizes. Agradeceu às entidades no programa como é caso da Junta de Freguesia de Santo André, os Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto, a própria igreja. Agradeceu ainda o empenho e profissionalismo dos profissionais envolvidos em todo o programa. Os pais estão muito agradecidos.

Perguntou se as experiências feitas no posto experimental são para continuar e se a qualidade é para ser mantida e qual foi a quantidade que tiveram.

Falou sobre a doença hemorrágica que assolou o gado bovino e alertou que há muitos prejuízos para os agricultores de Montalegre. Há gente que ficou sem muitas vacas e para essas pessoas devia haver uma atenção especial. Há alguma possibilidade da Câmara, através da Cooperativa, dar mais algum apoio para a medicação. A título de exemplo está a vizinha Espanha, em que o Governo, através do Ministério da Agricultura, está a subsidiar os agricultores afetados no valor de 400€ para ajuda na compra da medicação.

O deputado Aníbal Ferreira entregou seguinte voto de pesar à Mesa: “Faleceu, dia 21 de agosto de 2024, aos 70 anos, José Fernandes Garcia, conhecido no seu seio de amigos pelo “José Farruco”. Homem simples, amigo, pessoa integra e honesta, desde sempre empenhado na servidão pública. Representante honroso do interesse do povo, foi sempre um lutador incansável na defesa dos interesses da sua terra e da sua gente. Exerceu a função de Presidente de Junta de Freguesia e, por inerência a de membro da Assembleia Municipal durante três mandatos consecutivos, no período entre 2001 e



14

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2013, servidão distinguida com a atribuição da medalha de mérito por parte da Câmara Municipal de Montalegre em 09 de junho de 2014. Mas a sua missão não acaba aqui, continuou orgulhosamente a contribuir com dedicação e empenho no desenvolvimento da sua freguesia ao ser eleito presidente da Assembleia de Freguesia de Gralhas, cargo que ocupara até à data do seu falecimento, destacamos aqui o seu contributo para a causa pública no exercício do cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Gralhas, enaltecendo o contributo unanimemente reconhecido pelo desenvolvimento da sua freguesia e promoção do bem-estar dos seus cidadãos. Sendo um membro da autarquia local em exercício de funções à data do seu falecimento, e face à nobreza de caráter, à forma afável, abnegada, leal e íntegra com que distinto filho desta terra defendeu os interesses da sua freguesia e deste município propomos a esta assembleia o voto de pesar. Assinado, o deputado municipal Aníbal Ferreira.”

Agradeceu ainda pela dinamização cultural que o Município de Montalegre tem levado a cabo, nomeadamente aos eventos realizados na sua freguesia. estes eventos tem um propósito claro que é de dinamizar e potenciar o território, tratando o evento como um evento de referência, divulgando a cultura e o néctar da essência Barrosã. A Misarela, este ano, envolveu a população local fomentando um convívio intergeracional que funcionou muito bem. Falou também do evento do Festival de Lobos em Fafião que tanta gente trouxe e que fomenta os usos e costumes do território. Também o concurso pecuário tem uma relevante importância. Para além do evento festivo e cultural, consegue unir e envolver todas as pessoas.

Por último, falou da ordenação de padre de um filho da terra, o Padre Cristiano que é de Covelo do Gerês. Fica o reconhecimento.

A deputada Lúcia Jorge entregou o seguinte documento à Mesa: “Começo por agradecer a iniciativa da Câmara Municipal de promover a criação das áreas de reabilitação urbana para as freguesias de Cabril, Fafião, Pitões das Júnias, Tourém, Venda Nova, Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões. É sem dúvida um grande reconhecimento do trabalho que os executivos destas Juntas de Freguesia estão a desenvolver, muito trabalho particular e individual. Este trabalho vai favorecer estas freguesias na medida em que, quando há candidaturas aos fundos comunitários e europeus, ficam beneficiados a nível de pontuação e essa pontuação na aprovação dos financiamentos, num território como o nosso, faz toda a diferença. Estas freguesias estão a candidatar-se a fundos comunitários ao mesmo nível que municípios como o Porto. Este reconhecimento, esta valorização do nosso território é um favorecimento na aprovação e captação de fundos para o nosso território. É uma grande oportunidade para Montalegre para se continuar a valorizar o património e a cultura. Tudo isto é o reconhecimento do trabalho que se tem tido ao longo de alguns anos.

Disse ainda que as festas do concelho foram, sem dúvida, espetaculares e com um nível muito elevado. As Juntas de Freguesia também têm obrigações em manter estas festividades e precisam de ajuda pois há várias iniciativas ao longo do ano e manter a freguesia limpa exige muito trabalho. Pediu que a verba dada para as limpezas das freguesias, que é boa, seja reforçada pois as exigências são muitas. Há eventos que se realizam nas freguesias, que tem muito relevo e impacto, que só se lá se realizam porque houve um esforço para que se tenham as infraestruturas e condições para que se possa receber os turistas. As freguesias transformam-se tendo sempre em conta as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

suas origens e cultura. Agradeceu ao executivo municipal que tão bem ajuda todas as freguesias de todo o concelho.

Sobre o programa "Mexe-te nas Férias" foi espetacular pois contou com uma programação variada, unindo as crianças da vila e das aldeias e levá-las às aldeias foi brilhante. Foi muito bonito ver cento e tal crianças nas ruas de Pitões a ir visitar as infraestruturas ligadas à promoção local, como é o Centro Interpretativo do Lobo Ibérico, o pólo do Ecomuseu e passearem nas ruas da aldeia fomentando o contacto com as pessoas mais idosas, o que deu uma alegria à aldeia. Obrigada por terem proporcionado estes momentos e apelar para que continuem. Assinado, a deputada municipal Lúcia Jorge".

O deputado Hernâni Carvalho disse que foram ouvidas várias pessoas a elogiar as festividades do concelho, mas quer deixar uma palavra de reconhecimento a alguns cidadãos ilustres que se unem para dar continuidade às chamadas festas da aldeia, num sentido de comunitarismo, sentindo várias dificuldades em pedir pelas portas, para amealhar, em tirar licenças, em fazer um esforço hercúlo para que as tradições se mantenham, para que os emigrantes venham e tenham mais um momento de convívio, alegria e comunitarismo. Dos lugares maiores aos mais pequenos, vê-se um esforço e uma dinâmica muito interessante e cultural. É dinamismo acrescido e uma forma de receber os emigrantes.

Relembrou uma semana em que o país sofreu vários incêndios, onde faleceram pessoas e muitos dos que sobreviveram ficaram a pedir ajuda. É mais uma vez um país que se queima, que arde, que derrete recursos, que paga uma fatura muito cara, até com vidas humanas, pelo simples facto de não se saber jogar. Joga-se mal, comprometendo vidas humanas e aí o Estado falha na linha toda.

Afirmou, com orgulho, que mais uma vez foram os bombeiros portugueses que seguraram o país. Agradeceu a uma sociedade que sabe ser solidária e que acorreu a ajudar todos os bombeiros, a todos os vizinhos, e principalmente, onde o Estado falhou.

Felizmente, o Município de Montalegre não foi muito fustigado pelos incêndios. Isto deve-se ao trabalho árduo da prevenção que cabe a cada cidadão fazer pois houve uma redução significativa no número de ignições, uma gestão capacitada do território, na valorização das folhosas e na proteção da paisagem e só lhe resta pedir à Senhora Presidente que não desarme neste trabalho de prevenção que tem que ser feito durante o inverno. Tudo isto também prova que o Município não deve esperar pelas diretrizes de âmbito nacional e deve atalhar caminho, como fez aquando da assinatura do protocolo com os sapadores florestais que permitiu, de um ano para o outro, aumentar em muito os hectares feitos de prevenção e de modelação da paisagem. É a prova de que é uma aposta ganha de resiliência para o território, de criação de emprego e, sobretudo, de um valor incalculável que é a defesa do património, das pessoas e dos seus bens. Ao contrário do que dizem concelhos vizinhos, Montalegre ainda tem muito trabalho para fazer. O ordenamento do território, torná-lo resiliente e mais capaz para se defender da calamidade dos incêndios será sempre um trabalho inacabado. Se o anterior Governo deu um salto qualitativo no que diz respeito à prevenção e disso é exemplo o BUPI, onde Montalegre é referência e exemplo, onde se faz o cadastro de forma a que se possa organizar o território, também o mesmo Governo socialista deu um passo atrás com a subregionalização da autoridade nacional



16
Fum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de emergência e proteção civil que, mais uma vez, falhou por má gestão, orientação política e uma má visão administrativa do território. O Governo em exercício atualmente tem a incumbência de continuar o trabalho de ordenar o território, de refazer aquilo que é o ordenamento deste território e tem sobretudo de olhar para os bombeiros voluntários com outros olhos.

Terminou, lembrado que o Município de Montalegre instituiu, em tempos, um regulamento de reconhecimento aos bombeiros do concelho. Foi um passo importante à época, foi uma medida de reconhecimento àqueles que protegem a população durante todo o ano, mas precisa de ser revisto e que poderia atribuir algumas regalias aos descendentes dos bombeiros, alargando até à escolaridade obrigatória, ou alguma benesse até no pagamento do IMI, por exemplo.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou os votos de pesar a votação.

O voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Chaves foi posto a votação tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes.

O voto de pesar pelo falecimento do José Fernandes Garcia foi posto a votação tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes.

O voto de pesar pelo falecimento dos bombeiros vítimas dos incêndios foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente iniciou a sua intervenção associando-se às palavras proferidas pelo deputado José João Moura no que diz respeito à proteção civil, reconhecendo o papel fundamental que estas forças tiveram neste flagelo, mas também naquilo que é a sua atuação de socorro, sempre presentes, atuantes e de forma positiva e um bom exemplo disso é uma Sexta 13 em que Montalegre é invadido por milhares de pessoas, onde não houve ocorrência nenhuma e isso também se deve à atuação invisível de muita gente que está no terreno. Deixou também uma palavra à população onde realmente se vê que as pessoas começam a ter noção que todos temos o dever de ser proteção civil.

Agradeceu os elogios que lhe fazem, toda a gente gosta de os receber, é um incentivo, mas também agradece os reparos e quando estes não são mal-intencionados, quando são objetivos e justos. Toma boa nota deles. Na política tem de haver elevação e não fazer de tudo uma arma de arremesso. Não podemos esquecer que por trás de um partido estão pessoas e que por vezes se ataca a pessoa e não o partido, a ideologia ou a natureza das coisas.

Sobre o programa "Mexe-te nas Férias" agradeceu a confiança dos pais porque entregarem o que têm de mais precioso a pessoas desconhecidas durante dois meses e correu tudo muito bem.

Sobre a sinalização nas aldeias, disse que se tem feito um trabalho exaustivo no levantamento das necessidades. Algumas placas já chegaram e irão ser colocadas em seu tempo. A sinalética tem que ser revista. Foi feito um concurso para aquisição de placas sinaléticas, mas são 135 aldeias e são milhares de placas das mais variadas. A Câmara está atuante e firme.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Informou que a revisão do projeto do multifunções de Salto está para breve e dentro de pouco tempo será lançado o concurso. Vai ser uma obra inteiramente financiada pelo orçamento da Câmara, pois foi alterado o aviso do Portugal 2030 e não é legível. Ainda bem que a Câmara de Montalegre tem finanças saudáveis e boas que lhe permitem dar respostas a projetos essenciais. O mesmo acontece com a creche. O projeto está feito, a elaboração da candidatura está pendente porque falta, por parte da Segurança Social, um parecer.

Disse que, tendo tribunal de Mirandela não aceitando a providência cautelar com a alegação que não havia risco imediato de haver prejuízo até estar finalizada a ação principal, a Câmara de Montalegre não se contentou com isso e é evidente que contestaram a decisão. Aguarda-se resposta à contestação. De qualquer modo, segue a ação principal.

Sobre o apoio à agricultura, disse que tornou-se moda prometer-se tudo e mais alguma coisa e quem não tem responsabilidade, ainda pode prometer muito mais sendo certo que prometer também já é favor e o favor lá será cobrado. Quem tem dado todo o apoio aos agricultores do concelho é o Partido Socialista na Câmara e irá continuar a fazê-lo, estando atentos às necessidades, com responsabilidade e com a plena noção de que há um orçamento para gerir e que exige muito controle e rigor. Por isso, quem pensa que a agricultura é um terreno fértil para semear votos, se calhar não é bem assim. Os agricultores de Montalegre sabem bem o que se lhes faz, como se faz e o que se pode fazer. Sabem também com quem contam e em todos os momentos e circunstâncias. Quem gere o município é o executivo socialista e, portanto, tudo o que promete, cumpre. Tomar bandeiras na perspetiva que em se tomam, talvez não seja o melhor caminho, mas cada um segue o caminho que entende.

Reforçou que o 25 de abril trouxe a liberdade que confere o direito de as pessoas irem para onde querem e bem lhes apetece. É o que acontece com o executivo. Vão às festas para as quais estão convidados e quando não pode ir o executivo, pelo menos um dos seus membros está presente. Pensa que ter a presença do executivo camarário, prestigia qualquer evento. O que nunca irão fazer é ir a procissões e publicitar nas redes sociais partidárias que estão ali porque é tudo muito lindo. A fé é uma coisa importante e as entidades também.

Sobre algumas promessas eleitorais, tais como a isenção de impostos, é falacioso e injusto. Se não houvesse a receita dos impostos, não podia haver escola pública, acesso aos cuidados de saúde de forma gratuita. Volta a estar na moda falar-se em privatizações, mas nem toda a gente pode pagar um seguro de saúde para ir a um médico privado. Para isso servem os impostos facultar acesso a todos à saúde.

Disse que também concorda que Montalegre não pode ser apenas visto como um lugar de recursos mineiros. Montalegre é muito mais do que isso. Mas há gente que reiteradamente só fala em minas.

Disse que a Câmara já emitiu um parecer desfavorável para o projeto de painéis fotovoltaicos que se perspetiva para a barragem de Paradela. Dos restantes, ainda não há conhecimento e quando forem publicitados, irá ser tomada a decisão que se considerar ser a melhor. Pensa que o atual Governo tem agora a oportunidade de se pronunciar relativamente a essas matérias. Era importante saber qual a posição do Governo, se é a favor ou não da mina de lítio nas condições em que é apresentada, tentar perceber-se o que pensam sobre o facto de se pretender colocar hectares de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

painéis fotovoltaicos, quer nas barragens, quer nas serras do concelho. Agradecia, a quem tiver relação privilegiada com o Governo, que perguntem qual é a posição relativamente a estes temas. Quanto a ela, quando estiver em fóruns que lhe seja permitida fazer essas perguntas, assim o fará.

Disse que quando se fala nos eventos, a maior parte das vezes, as pessoas só veem a parte da festa. Por trás da festa há um trabalho incedível e exemplar. Tem um grande orgulho na enorme equipa que está por detrás de todos os eventos. São os únicos que não usufruem das festas. Estão presentes desde o planeamento, montagem e desmontagem de todo o material e equipamento, logística e o acompanhamento de todo o evento. Agradeceu, em nome do executivo, pelo árduo trabalho e por contribuírem para que Montalegre consiga receber milhares e milhares de pessoas e saiam de Montalegre felizes.

Disse que não são só os eventos que trazem muita gente a Montalegre, mas se se derem ao trabalho de darem uma volta por todo o concelho, verificam que o concelho é procurado por muita gente. Especialmente ao fim de semana, os restaurantes estão cheios, os trilhos são percorridos por grupos organizados, e somando todas as pessoas, é motivo para se sentir satisfeita com o trabalho desenvolvido, mas tem consciência que não chega e que tem que se continuar a trabalhar.

Sobre a sugestão do aldeamento comunitário disse que já está feito e chama-se SIPAM. Será ali o centro de estudos e investigação daquilo que é Património Agrícola Mundial. Além do cumprimento estrito daquilo que foi o protocolo e o programa subscrito por muitas entidades e de um consórcio, designado Valor Barroso, com as universidades, é um espaço onde podem ser alocados outros projetos e ideias, sendo certo que são todas no domínio do Património Agrícola Mundial e no turismo, tendo sempre em conta os produtos endógenos.

Disse que é preciso ter cuidado quando se fala em dar apoios, porque uma coisa é dar um apoio, outra coisa é dar duplo financiamento. Quando se fala em apoios à agricultura, temos que ter noção que a CoopBarroso é um parceiro incedível, sendo que a Câmara financia também postos de trabalho para que o trabalho técnico seja feito aos agricultores. A Câmara não pode ir muito mais para além disso, nem dar apoio à medicação que é dado pela tutela, porque é ilegal fazer duplo financiamento ou subsidiação. A proposta apresentada pelo PSD deve ser feita ao Governo da nação, reivindicar para que seja uma medida nacional, tal e qual como se faz na vizinha Espanha.

Relativamente à doença hemorrágica, é evidente que houve alguém que tentou colar o problema à Câmara, mas toda a gente sabe que não é competência da Câmara. É de índole nacional. No entanto, estão a acompanhar muito de perto toda a situação.

Agradeceu os reparos feitos pela deputada Sandra Gonçalves e só lamenta que continue a ver a árvore e não veja a floresta. No que diz respeito às refeições, disse que não recebeu qualquer reparo em relação a esse assunto, mas garantiu que o controle da qualidade e temperatura das refeições é feito diariamente. O que não pode acontecer é as refeições chegarem à escola e só serem servidas passado algum tempo, pois é essa a indicação que as funcionárias têm.

Disse que se os pais das crianças dos 7 aos 15 anos, entregarem comprovativos que trabalham e não tem retaguarda familiar, podem beneficiar do programa Mexe-te nas Férias durante todo o dia. Dizer-se que é um erro introduzir-se informática nas Atividades de Enriquecimento Curricular, quando o Governo está a banir isso das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

escolas é falso. O que se está a banir é o uso dos telemóveis nas escolas. Pedagogicamente, segundo grandes pedagogos defendem que, desde o pré-escolar as crianças devem ter contacto com as novas tecnologias, desenvolvendo competências que lhes vão ser úteis para a escrita e para o desenho, além de desenvolver ligações das sinapses. Há dois tipos de programas AEC. Um para as crianças do pré-escolar e outro para o 1º ciclo. O 1º ciclo tem exigências que o pré-escolar não tem. Para o pré-escolar, as AEC's foram criadas e entendidas como atividades da componente de apoio às famílias. O único requisito que é tido em conta e de forma séria e responsável para a contratação do pessoal, é a idoneidade dos técnicos, a sua conduta de vida, a postura porque até o registo criminal tem que ser apresentado. São atividades desenvolvidas por diferentes pessoas, com sensibilidade e que sabem o que estão a fazer. No 1º ciclo, é exigido currículo e formação adequados.

Sobre a feira das colheitas, esta é para continuar, foi uma aposta ganha. Logicamente que não vai ser feita todos os meses pois não há produção para todos os meses. Vão-se privilegiar os eventos e os produtos da terra. Aproveitou para agradecer aos produtores que aderiram à iniciativa. Agradeceu também à Associação e à junta de Ferral pela dinamização da festa da Misarela. É um ativo muito importante do concelho que tem história e identidade. Tiveram a capacidade de congregar e juntar pessoas em torno de um projeto que deu os seus frutos.

Relativamente às ARU's disse que foram estas aldeias porque é nestas aldeias que existem projetos candidatos a fundos comunitários e foi justo que assim fosse.

Terminou, dizendo que dorme pouco, mas dorme sossegada pois sabe que, aconteça o que acontecer, tem gente à altura, atenta e que sabe fazer proteção civil seja no concelho, seja onde fizer falta, pois os bombeiros de Montalegre e Salto estiveram na linha da frente quando outros concelhos precisavam de ajuda. É um trabalho que não é para fracos, nem para covardes. Agradeceu também por estarem sempre presentes nas ações de sensibilização para os incêndios rurais e florestais, que foram feitas atempadamente com todos os Presidentes dos Conselhos Diretivos de Baldios e as Juntas de Freguesia. Julga que estas ações contribuíram um pouco para a diminuição das ocorrências no concelho de Montalegre. Tem que se continuar sempre com esta campanha de pedir ajuda para fazer as queimadas. Quanto aos sapadores, disse que vai analisar uma forma justa e criteriosa de maneira a que se possam aumentar os apoios ou criação de mais equipas de sapadores.

Quanto ao apoio aos bombeiros, disse que vai ser revisto o regulamento, pois o solicitado é inteiramente justo.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José João Moura e Sandra Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Pedi novamente a palavra para contestar as palavras da senhora presidente ao chamar as propostas do PSD como levianas. Sra. Presidente as nossas propostas não são levianas, mas sim propostas concretas e coerentes. A proposta que esta bancada do PSD apresentou foi literalmente passar de 100 para 120 € para os vitelos Barrosões e 60 € para todos os outros vitelos cruzados. Estarmos à espera de uma classificação de vitelos cruzados criados nos Lameiros de Barroso vai demorar o seu tempo e acaba por ser irrisório pois em termos zootécnicos e veterinários é algo que não existe, pois, a



20

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

definição de um vitelo cruzado é todo aquele que resulta do cruzamento de diferentes raças. Por isso é que nós queremos apoiar todos os produtores pecuários do concelho de Montalegre com os valores, e repito novamente, 120 € por cada vitelo Barroso nascido no concelho de Montalegre e 60 € para todos os outros nascidos no concelho de Montalegre, fácil de confirmar, fundamentar e comprovar no sistema nacional de identificação e registo animal, que é o SNIRA. Relativamente à febre hemorrágica bovina gostaria de acrescentar que de facto existe essa preocupação pelos produtores e apelo a todos os presentes que acreditem no corpo veterinário que existe no concelho porque isto é uma doença de jurisdição nacional e por isso temos de confiar nos serviços centrais e locais veterinários. Em forma de conselho e consideração pela Sra. Presidente poderia ajudar os produtores na prevenção com a disponibilização de agentes desinsetizantes, uma vez que é uma doença, como outras, transmitida por um inseto ou seja uma doença vetorial. Agora no inverno seria irrisório esse apoio, mas quando as temperaturas começarem a aumentar, provavelmente a câmara poderia apoiar na compra desses produtos de forma a desinsetizar, quer os animais quer as instalações pecuárias. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

A deputada Sandra Gonçalves disse que a Senhora Presidente da Câmara pôs em causa aquilo que ela disse. Se fosse um deputado do Partido Socialista que dissesse que as refeições não têm qualidade e chegam frias à escola, a Presidente acreditava. Assim, como é uma deputada eleita pelos montalegrenses, mas estão na bancada da oposição, a palavra não vale nada. Ela transmite, enquanto deputada da Assembleia, apenas o que os pais lhe fazem chegar. É impossível que ao fim de 40km percorridos as refeições cheguem quentes à escola, daí ter sugerido que as refeições sejam confeccionadas na cozinha da Escola da Venda Nova. Disse que a Senhora Presidente só se virou para a veracidade das suas palavras e não para a solução do problema. Não quer solucionar as coisas. Quer é que as ideias socialistas prevaleçam, mesmo que estas estejam mal. Devem ouvir muito mais os outros.

Sobre as AEC's, disse que não falou mal dos técnicos ou que estes não são qualificados, o que disse foi que os técnicos especialistas em artesanato estão a dar ginástica, quando estes podiam estar a ensinar coisas muito interessantes, bonitas e úteis às crianças. Informática dada a meninos dos 3 aos 6 anos não tem utilidade nenhuma, quando estes podiam estar a ter ginástica.

Em relação à participação em procissões, disse que é uma mulher de fé, está com devoção e vai com os seus próprios meios, ao contrário do executivo que vai às festas e romarias todas em viaturas do Município.

A Senhora Presidente da Câmara disse que por ser professora de português e por ler muito, para ela as palavras têm peso e contam muito. Ela não chamou leviano a ninguém. Disse que é leviano quando se propõem valores concretos, de uma forma populista, sem conhecerem o orçamento, sem perceberem as necessidades e sem perceberem as responsabilidades de gerir um orçamento e um território com necessidades. Isso é que é ser leviano. Era caso para perguntar porque é que propuseram 120€. Podiam ter proposto mais. Prometer não custa nada e também é favor.

Reforçou que o executivo está a acompanhar de perto a situação da febre hemorrágica, mas, como o deputado José João Moura disse, só ocorreram 18 mortes



21

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

no distrito de Vila Real, pensa que não é tão dramático. Uma coisa é o apoio pela morte do animal, que já é subsidiado, e, como tal, não se pode dar duplo subsídio. Outra coisa é a doença propriamente dita que é transversal a todo o país e o que se deve fazer é reunir esforços de todas as entidades com responsabilidade na matéria, e exigir ao Governo que atue em conformidade. A Câmara de Montalegre também não tem competência para aprovar vacinas. Tem que haver seriedade, objetividade e honestidade no discurso.

2- Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação e votação da ata n.º 3 da sessão ordinária do dia 28 de junho, do ano 2024.

A ata da sessão ordinária do dia 28 de junho de 2024 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções por não terem estado presentes na última reunião.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, membros da Mesa, Senhores Vereadores, caros membros desta Assembleia Municipal: Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Professora Fátima Fernandes: chegou o que o nosso povo gosta: as obras!

Ao fim de dois anos de ter tomado as rédeas deste município e de um trabalho duro e árduo de gabinete, de programação e tratamento dos respetivos dossiers e sei como gosta das coisas direitas. Arrancaram a maioria das obras pelas nossas freguesias e é vê-las em: Donões e Cambeses, Travassos da Chã, Covelães e Travassos do Rio, S. Bento da Sexta Freita, Ferral, Montalegre (Senhor da Piedade e Avenida Nuno Álvares Pereira, Carvalhais, Negrões, Outeiro, Sendim, Contim, Friães, Pitões, Salto (Avenida Nova, Reboreda, Bessada e agora Caniçó) e Santo André, Viade, Vila da Ponte, Vilar de Perdizes e Meixedo e muitas outras em fase inicial ou em procedimento de concurso. Sei, sabemos a burocracia que é para por em ordem toda a papelada/ documento para uma pequena obra que seja!

Depois há as grandes que ficarão a marcar o mandato como são: as piscinas municipais, a obra da Cercimont, a remodelação do Centro de Saúde de Montalegre e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

a ampliação da Unidade Local de Salto, o pavilhão e a creche de Salto, o Centro SIPAM de Barroso. Exemplo de algumas e outras que virão! Pergunto o que se passa com o canil municipal.

Estou certo que esta Câmara está no bom caminho e com “um bom trabalho de casa” como nós professores gostamos de dizer. O concelho de Montalegre vai continuar no ritmo de desenvolvimento e progresso. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes”

A Senhora Presidente da Câmara disse que o processo do canil municipal foi um processo burocrático muito demorado, pois houve a necessidade de ser alterada e substituída a área de implantação que estava prevista. Neste momento, o parecer já foi emitido e é favorável e está no gabinete do Senhor Secretário de Estado para deferimento. Assim que haja deferimento, já se pode lançar o concurso.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. 2ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais – Ano 2024, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual Investimentos – Ano 2024 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: As alterações propostas foram aprovadas por maioria com as abstenções dos deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Alívio Freitas, Acácio Gonçalves e José Manuel Carvalho.

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024. / Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2025 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura e Acácio Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Antes de falar de derrama gostaria de dizer aqui umas palavras.

O sr. Presidente da Assembleia ao insinuar que esta assembleia deveria ter melhores políticos ofendeu não só a minha pessoa bem como todos os eleitos democraticamente e presentes nesta sala. O senhor Presidente da Assembleia já não é a primeira vez que age mais como líder partidário de bancada do que propriamente como o presidente da mesa desta assembleia. Devo recordar que o Presidente da Assembleia deve pautar pela condução da mesma em termos idóneos, salutar e imparciais, de forma a que a assembleia corra conforme o instituído no regimento municipal. Por isso sr. Presidente, esta insinuação só lhe fica mal e mancha a sua figura como o presidente da mesa do principal órgão democrático do concelho.

Os deputados do PSD vêm justificar o seu voto contra, nos seguintes termos: Mais uma vez o PS e este executivo municipal perdeu uma oportunidade de se redimir com as empresas com atividade no concelho. Se queremos desenvolvimento sustentável e económico para o concelho não podemos estar de costas voltadas para os empresários.

Para o PSD o capital público é importante, mas não é o suficiente, precisamos das empresas, de estar lado a lado de forma a colocarmos o concelho no lugar que merece e o modelo de gestão do PS dos últimos 34 anos já provou que não funciona. Temos de começar por algum lado e aqui daríamos um pequeno passo para ajudar os empresários já existentes a serem mais competitivos e eventualmente atrair empresas privadas de forma a investirem no concelho e criarem postos de trabalho. E a prova é esta proposta apresentada pelo executivo municipal para a fixação de taxas a cobrar no ano de 2025 relativamente à Derrama, que merece diferente apreciação e sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD.

O PSD propôs manter a isenção de derrama para as empresas que tenham tido um volume de negócios igual ou inferior a 150.000 € e cobrar uma taxa reduzida de 0,01% de derrama à generalidade das empresas com atividade no concelho mantendo a taxa máxima de 1,5% apenas para as empresas que não tenham ao seu serviço pelo menos um trabalhador residente no ano fiscal a que se refere a tributação e pelas empresas que exploram os nossos recursos naturais e não contribuem para o desenvolvimento do concelho.

Assim, pagariam 1,5% de derrama as empresas enquadradas nos seguintes CAE's: Indústrias extrativas; Produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade; e Captação, tratamento e distribuição de água.

O que isto significa perguntam os Srs. deputados e Sra. Presidente? Considerando o histórico de 2017-2020, apenas quatro empresas continuariam a pagar 1,5% de derrama, mantendo o Município cerca de 79% da receita (144.000€); as restantes 60 empresas, e repito 60 empresas, passariam a pagar uma taxa simbólica (0,01%), poupando em média, cerca de 640€/ano.

Esta medida tem como balanço final a perda (para uns), investimento (para outros) por parte do Município de 38.600€ da receita.

Contrariamente ao que este executivo municipal pensa e diz, conforme o demonstra a pág. 31 da ata n.º 4 de 28 de setembro de 2023 aquando da aprovação do imposto municipal de derrama para 2024, e passo a citar: "A política de esquerda é apoio às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

famílias e às associações. O PS não tem visão igualitária nesta matéria"... o PSD está com as empresas e este seria um pequeno passo é verdade, mas bastante significativo, principalmente para a maioria das micro, das pequenas e médias empresas que se debatem mensalmente com as suas obrigações legais em termos laborais e fiscais, e que, por norma, não têm 10M€ no banco, como tinha a Câmara Municipal até há pouco tempo.

Na verdade, gostaríamos de seguir o exemplo de vários concelhos a nível nacional que utilizam a diminuição da carga fiscal como parte da estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho.

Montalegre, com esta medida vai continuar a estar na cauda de concelhos atrativos de investimento, com incentivos mais baixos do que o nosso vizinho concelho de Chaves, e a maioria dos concelhos limítrofes aqui do interior. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Acácio Gonçalves solidarizou-se com a proposta do PSD pois o que se passa na Câmara de Montalegre é um abuso fiscal em termos de coleta de derrama e são os empresários que são prejudicados. Está-se a falar de uma receita de cerca de um milhão e meio de euros. Esta situação deve ser revista por quem de direito e os empresários queixam-se. Hoje em dia qualquer empresa tem 150 mil euros de volume de negócios. A desculpa dos bancos e da EDP já está esgotada.

A Senhora Presidente esclareceu que o valor arrecadado com este imposto é de 334 mil euros e que os deputados deveriam analisar melhor os documentos.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com a abstenção dos deputados José João Moura, Manuel Carrelo, Sandra Gonçalves, Francisca Martins, Alívio Freitas, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos e José Manuel Carvalho.

2.6. Definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2025 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.7. Definição da Participação Variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) - Taxa a Fixar para cobrar no exercício económico de 2025 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, Alberto Fernandes e Hernani Carvalho.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente a esta proposta é óbvio que o PSD vai votar a favor pois é uma proposta no sentido da diminuição da carga fiscal que incide sobre os Montalegrenses, tal como já acontece na maioria dos concelhos a nível nacional.

No entanto gostaria de fazer aqui umas breves observações. Deste que me lembro e depois que tive assento parlamentar o PSD sempre defendeu esta medida. E não venho aqui vangloriar-me que é uma vitória do PSD. Antes pelo contrário. É uma vitória dos Montalegrenses. Porque é uma medida justa e necessária para todas as famílias e o PSD congratula-se com facto de uma proposta apresentada por esta bancada desta vez não foi descurada nem negligenciada, mas sim finalmente viu luz verde. O Executivo municipal viu na proposta uma medida que pode ajudar os munícipes e quer ficar com os louros da mesma, mas Sra. Presidente e Srs. Deputados, nós não estamos aqui numa competição para ver quem apresenta as melhores propostas! Nós estamos aqui para defender as pessoas. Estamos aqui para defender o interesse dos munícipes e principalmente para devolver uma parte significativa dos rendimentos, cerca de 207.000€/este ano, às famílias do nosso concelho, face à escalada neste período sensível dos preços de bens essenciais. Além disso esta diminuição da carga fiscal contribui para uma estratégia de desenvolvimento sustentado do nosso concelho, nomeadamente para a fixação de população jovem e criação de condições de atratividade e competitividade relativamente a outros concelhos do interior.

Não deixa ainda de ser caricato que o motivo agora apresentado da motivação desta proposta e sua aprovação é o mesmo que no passado foi o motivo para a sua rejeição, ou seja, A guerra, e passo a citar palavras proferidas aqui nesta sala por um deputado do PS, conforme pág. 38 da ata n.º 4 de 30 de setembro de 2022: "Mas a câmara tem de decidir e decidiu bem... Não é má gestão autárquica é um assunto mais grave, muito, muito mais grave: É a guerra. É a guerra que estamos a enfrentar e que todos temos de pagar". Isto é prova de como o concelho está a ser governado. O PS anda a reboque de decisões populistas e eleitoralistas, em que não pensam nas pessoas, mas sim nas medidas que tem de tomar para continuar no poder. Não nos cabe a nós enquanto munícipes contribuir diretamente para guerras Srs. deputados isso cabe sim à Assembleia da República e ao Estado Português. Nós fomos eleitos para apresentar propostas e defender causas para os nossos munícipes, bem como debater assuntos e orçamentos necessários para o normal funcionamento do nosso concelho, bem com a fiscalização da sua execução. Relembro que o PSD já apresentou muitas propostas importantes para o concelho e que numa primeira fase foram amordaçadas e amarrotadas pelo PS de forma a ficarem com os louros da sua implementação, e recordo aqui algumas delas: Apoio aos produtores pecuários; Apoio à natalidade; Creches e escolas primárias para todos as crianças residentes no município, Protocolos de cooperação entre Montalegre e os concelhos vizinhos de Galiza, etc.

Esta mudança de opinião por parte do PS mostra mais uma vez que o PSD tinha e tem razão e apresenta propostas concretas dinamizadoras que querem alavancar o concelho para o lugar que merece e não andamos apenas limitados a concretizar medidas que há muito já deveriam ter sido aprovadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sendo assim porque sempre fomos de opinião que um alívio da carga fiscal sobre os Montalegrenses era importante, votamos a favor da devolução do total da participação variável do IRS para as famílias Montalegrenses. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “A Câmara apresenta aqui a proposta de redução total da receita do IRS e devolve-a aos munícipes, ainda que seja uma receita significativa de 207 mil euros.

A Câmara nunca prescindiu desta receita porque tinha necessidades para os apoios sociais, para apostar no investimento e apoiar a exploração e promoção dos produtos locais.

Esta proposta que foi prometida já o ano passado e agora, de forma responsável, é apresentada pelo executivo mostra que esses encargos, que aumentaram ao longo dos anos e que tiveram um grande impacto na dinamização económica, podem ser prestados e até reforçados graças ao dinamismo que essas medidas trouxeram à sociedade.

Assim, a Câmara pode agora, com esta medida, responsabilmente, garantir o grande investimento social e toda a estrutura de apoio ao desenvolvimento e consegue dar um grande impulso ao rendimento das famílias, seja do que vem do trabalho dependente, do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, agrícola, silvícola ou pecuária ou do proveniente de pensões de aposentação ou de reforma, velhice, invalidez ou sobre vivência e ainda de alimentos.

Está assim abrangida a maioria dos montalegrenses aqui residentes, sejam eles funcionários públicos, professores, médicos, quadro superiores, empresários ou agricultores ou pensionistas.

Trata-se de uma medida justa, que vem na hora certa porque a autarquia tinha valores de coesão e solidariedade que estavam e estão acima de tudo. Mas chegou a hora! Conseguiu cumprir esses valores e criar condições para se avançar agora para novo patamar de progresso. Vamos ter nos nossos bolsos 5% do que pagamos de IRS! Vamos ter mais poder de compra na nossa terra! Vamos ter mais ordenado ao fim do ano! Muitas pessoas poderão escolher Montalegre para viver por este grande incentivo! Vamos ter mais economia, mais investimento, mais bem-estar com esta medida agora tomada pelo executivo municipal e estou certo, merecerá o apoio desta Assembleia. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

O deputado Hernani Carvalho disse que cada um é livre de ter as suas próprias opiniões e, como tal, está em total desacordo com o deputado José João Moura. Apelou ao PS para que nunca se renda ou se esqueça de não defender a baixa de impostos que chegam a todos de forma igualitária e equitativa. Só paga derrama municipal quem tem mais de 150 mil euros de execução. Assim, retirar de quem mais tem ou pode para distribuir por quem mais precisa é uma marca do Partido Socialista e que deve continuar.

Relativamente à questão do IRS, o que o PS disse sempre é que esta isenção ia beneficiar aqueles que mais ganham, que mais podem, os que tem melhores ordenados e não abdicava de retribuir na ação social que sempre foi reforçada até com outros programas. Em agosto, foi anunciado que o cabaz de bens alimentares voltou a aumentar e tendo o município assegurado o seu papel social demonstrou um grande



 27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

rasgo político. Não há medidas isoladas que vão mudar a problemática do interior, da economia ou de qualquer uma das problemáticas, mas tem que haver uma estratégia conjunta, uma visão macro e um conjunto de medidas acertadas a cada momento. Entendo o PS, em momentos cruciais e depois de perceber se havia viabilidade no orçamento, pode abdicar desta verba para ajudar as famílias que residem em Montalegre. É ajudar mais uma vez os concidadãos.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

2.8. Definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Aplicação Percentual para o ano de 2025 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.9. Isenção de pagamento de taxas de utilização relativas às piscinas municipais de Montalegre para o ano de 2024 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.10. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Centro Desportivo e Cultural de Montalegre – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: o Contrato-programa foi aprovado por unanimidade.

2.11. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e a Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: o Contrato-programa foi aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.12. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo de Salto – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: o Contrato-programa foi aprovado por unanimidade.

2.13. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Montalegre e o Grupo Desportivo Associação Recreativa e Cultural de Vilar de Perdizes – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: o Contrato-programa foi aprovado por unanimidade.

2.14. Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro à Cercimont - Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montalegre, CRL, a celebrar entre o Município de Montalegre e a Cercimont - Cooperativa de Educação Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montalegre, CRL – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia ausentou-se para não participar na votação.

Deliberação: a minuta foi aprovada por unanimidade.

2.15. Minuta de Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Agropecuária no Concelho de Montalegre, entre o Município de Montalegre e a Coopbarroso, Cooperativa Agrícola do Barroso, CRL – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura disse que, em termos veterinários e zootécnicos, a raça cruzada não existe. A raça cruzada é aquela que resulta do cruzamento de raças que estão devidamente registadas. Quando se fala em apoios às raças cruzadas são todos aqueles animais que resultam do cruzamento de uma raça com outra, ou seja, se se está à espera da denominação dos cruzados dos lameiros de Barroso, nunca se irá dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

apoio nenhum. Desta forma, a proposta do PSD é que se dê 120€ para os Barrosões, 60€ para todos os outros vitelos de outras raças e que não recebem outros apoios estatais e 30 mil euros para a apicultura.

Deliberação: a minuta de protocolo foi aprovada por unanimidade.

2.16. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de: Cabril, Fafião, Pitões das Júnias, Tourém, Venda Nova, Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou quais foram os critérios que levaram à seleção destas aldeias e não de outras como é o caso da freguesia de Viade de Baixo e Montalegre.

A Senhora Presidente da Câmara disse que no documento apresentado está descrito um estudo sumário de cada uma das freguesias e já se aí percebe porque é que foram escolhidas, neste momento, estas aldeias, porque tem a ver com questões como o enquadramento territorial, a caracterização de cada uma das aldeias, demografia e interesse de privados em desenvolver projetos que vão beneficiar por estarem numa Área de Reabilitação Urbana.

O facto de Viade não estar aqui incluída, não quer dizer que deixe de beneficiar de obras de reabilitação urbana e até de, no futuro aí ser constituída uma ARU. Já existe a ARU de Montalegre.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

2.17. Designação de Cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre;

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia de que a proposta é a manutenção do cargo pela Dra. Estela Rodrigues.

Não houve mais propostas apresentadas.

Deliberação: a proposta apresentada foi colocada a votação por voto secreto, tendo sido aprovada com 37 votos a favor, dois brancos e um voto nulo.

2.18. Convénio de Cooperação entre os Municípios de Montalegre e Xinzo de Limia – conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

3 – Período Após a Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não tendo havido inscrições.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e a intervenção do público, pelo que deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel António da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Maria de Fátima Silva Crespo